

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2007

(do Senhor Deputado Arnaldo Jardim)

*Solicita informações ao Exmo. Sr.
Nelson José Hubner Moreira, Ministro de
Estado de Minas e Energia, sobre a atual
situação da distribuição de gás natural
nas diversas regiões do país.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Exmo Sr. Nelson José Hubner Moreira, Ministro de Estado de Minas e Energia, pedido de informações sobre a atual situação da distribuição de gás natural nas diversas regiões do país, nos termos adiante expostos.

No último dia 30 de outubro de 2007, como é de conhecimento público, a Petrobras, única fornecedora de gás natural no Brasil, cortou em 17% o fornecimento deste insumo para as distribuidoras do Estado do Rio de Janeiro, CEG e CEG-RIO, sob a alegação de “garantir a geração de energia elétrica das usinas de gás natural”.

A referida empresa estatal deixou de suprir, segundo consta dos dados divulgados, 1,3 milhões de metros cúbicos de gás fornecidos diariamente às duas empresas estaduais, de um total de 7,5 milhões de metros cúbicos. E, em São Paulo, também houve uma redução de 13% no abastecimento, com cerca de 2 milhões de metros cúbicos para a distribuidora Comgás.

Ressalte-se, ainda, que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, 89 postos de Gás Natural Veicular – GNV tiveram interrupção no abastecimento e que indústrias como a Bayer e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN tiveram que operar com uma queda de até 90% do volume usual.



C601CD4459

Em face da gravidade e da urgência de que se reveste os fatos aqui relatados, vimos requerer a Vossa Excelência o encaminhamento da solicitação das seguintes informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia:

- a real disponibilidade de gás natural da Petrobras;
- os volumes de gás natural fornecidos pela Petrobras nos últimos seis meses e quais os destinatários;
- as efetivas condições de ser honrado o conjunto de contratos firmados pela Petrobrás;
- a atual e futura situação do fornecimento de gás às termoelétricas;
- se há iniciativas deste Ministério de instituir, à semelhança da função que cumpre o ONS para o setor elétrico, de um órgão que “despache” o gás natural.

JUSTIFICATIVA

De há muito vimos, pública e reiteradamente, alertando sobre a iminente redução do suprimento de gás natural no país, além de estudos que revelam um preocupante, porém previsível, risco de grave crise de energia nos próximos anos. Um novo “apagão” no setor elétrico brasileiro com todas as suas lamentáveis conseqüências em prejuízo de nosso indispensável desenvolvimento econômico.

As autoridades responsáveis do Governo Lula vêm negando, à exaustão, qualquer possibilidade de crise no setor, apesar de todas as evidências sempre reveladas em sérios estudos de respeitáveis entidades e especialistas da área energética.

A escassez de gás natural tornava-se cada vez mais evidente. A chamada “precificação”, ou seja, o reajuste do preço do gás acima da inflação tinha a clara intenção de inibir o consumo por óbvios, porém sempre negados pelo governo federal, problemas na oferta do insumo.

Em maio passado, a Petrobras chegou a assinar, com a ANEEL, um Termo de Compromisso onde ficou estabelecido um cronograma de fornecimento



de gás até o ano de 2011. Em caso de descumprimento, previu-se a aplicação de multa.

Pois bem. Nos dois primeiros meses do citado Termo, junho e julho, a estatal não entregou o pactuado e a ANEEL aplicou uma multa no valor de R\$ 84 milhões. Neste momento, tornou-se pública uma áspera discussão entre o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, e da ANEEL, Jerson Kelman. O gás não estava sendo entregue nas quantidades acordadas.

As divergências entre a Petrobrás e a própria Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff vieram a desaguar na imprensa. Até que, no jogo das pressões políticas, a Ministra Dilma Rousseff acabou por conseguir, em setembro, a nomeação de Maria das Graças Foster, pessoa de sua irrestrita confiança, para o cargo de Diretora de Gás e Energia da Petrobrás, em substituição ao Sr. Ildo Sauer.

Todos estes fatos, em meio a repetidas negativas das autoridades do setor, deixavam cristalinos os graves problemas por nós sempre denunciados como um alerta à nação.

No entanto, a realidade, cada vez mais, aparece em toda a sua preocupante nudez. A crise existe e pode se agravar se urgentes decisões não deixarem de ser postergadas. Ações prioritárias devem ser implementadas, tais como, apenas para exemplificar, a preferência pelo consumo residencial e das indústrias, além de reservar às termoeletricas estoque que permita suprimento emergencial no caso de iminente risco de “apagão”.

Para nós, é essencial a absoluta transparência nos dados relativos ao vital setor energético. Por este motivo e pelo alto grau de interesse público envolvido na questão, é que são requeridas a Vossa Excelência as informações dirigidas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia.

Sala das Sessões, em de outubro de 2007.

Dep. Arnaldo Jardim

PPS/SP



C601CD4459